

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

Thiago da Silva Pacheco
Fabiano Benaion Guimarães de Carvalho

A GUERRA SECRETA DE VARGAS : O
SERVIÇO SECRETO BRASILEIRO E A
SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

PACHECO, Thiago da Silva
CARVALHO, Fabiano Benaion Guimarães de
A GUERRA SECRETA DE VARGAS : O SERVIÇO SECRETO
BRASILEIRO E A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL
R. IHGB, Rio de Janeiro, a. 182 (487): 223-252, set./dez. 2021

Rio de Janeiro
set./dez. 2021

A GUERRA SECRETA DE VARGAS¹: O SERVIÇO SECRETO BRASILEIRO E A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

VARGAS' SECRET WAR: THE BRAZILIAN SECRET SERVICE AND THE WORLD SECOND WAR

THIAGO DA SILVA PACHECO²

FABIANO BENAION GUIMARÃES DE CARVALHO³

Resumo:

Procuraremos apresentar o Serviço Secreto brasileiro no contexto da Segunda Guerra Mundial, empreendido pela Polícia Política de Vargas, demonstrando a atuação deste serviço em relação à espionagem e infiltração tanto das potências do Eixo quanto das Aliadas. Tal análise parte da definição da atividade de Inteligência como disputa pelo segredo, mas também como uma produção de conhecimento que expressa os interesses dos próprios produtores. Tal conhecimento, assim como o formato e *modus operandi* deste Serviço Secreto, está expresso nos relatórios e boletins reservados produzidos pelo órgão policial, analisados a partir das definições de Inteligência aqui propostas.

Palavras-chave: Serviço Secreto; Era Vargas; Segunda Guerra Mundial.

Abstract:

We seek to present in the paper the Brazilian Secret Service led by Vargas's Political Police in the context of the Second World War, and show how its espionage and infiltration operated in both the Axis and Allied powers. Our analysis starts from the definition of intelligence activity as both a dispute for secrecy and a production of knowledge that expresses the interests of the producers themselves. Such knowledge, as well as the format and modus operandi of the Secret Service at the time are documented in the reserved reports and bulletins produced by the police agency, and analyzed based on the definitions of intelligence proposed here.

Keywords: Secret Service, Vargas era, World War II.

A Segunda Guerra Mundial foi um dos conflitos mais impactantes da História. Mesmo os países que não se envolveram diretamente no confronto sentiram seus efeitos e dele tomaram alguma parte, ativa ou passivamente, de forma militar, política, cultural ou econômica.

1 – O título é uma referência ao clássico *A Guerra Secreta de Hitler no Brasil*, de Stanley Hilton, que trata dos espões alemães no Brasil durante a Segunda Guerra Mundial.

2 – Bacharel em História pela Universidade Gama Filho, Mestre e Doutor em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Comparada (PPGHC-UFRJ), com estágio pós-doutoral na Faculdade Nacional de Direito (PPGD-FND/UFRJ). Pesquisador do Ate-liê de Humanidades. E-mail: pacheco.tsp@gmail.com.

3 – Bacharelado e licenciatura em História pela Universidade Gama Filho e pós-graduação *lato sensu* em História Contemporânea pela Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: fbenaion@gmail.com

O Brasil, como se sabe, participou do conflito de forma ativa, militarmente inclusive⁴, e os efeitos da guerra também se fizeram sentir politicamente no declínio do Estado Novo⁵. Tema menos aprofundado, esta participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial também se deu no campo da espionagem, voltada para a Segurança Interna, levando o país a lidar com agências como a Abwehr, o FBI e o MI-6.

Neste sentido, objetivamos aqui demonstrar também como o Brasil lidou com as atividades de espionagem empreendidas pelas potências Aliadas e do Eixo em relação ao território nacional, monitorando-as e valendo-se dos seus próprios recursos para garantir a Segurança Interna do Estado Novo. Esta averiguação, além de demonstrar as defesas brasileiras em relação às disputas por segredos, decorrente do conflito e envolvendo potências diretamente relacionadas à política interna do país, também permite lançar luz sobre uma quarta frente de atuação brasileira na Guerra, para além dos pilotos e mecânicos da Força Aérea Expedicionária (FAB), dos marinheiros que patrulharam o Atlântico e dos expedicionários que lutaram na Itália.

Como a função de Segurança Interna era atribuição da polícia investigativa, é justamente na documentação da famigerada Polícia Política varguista, aliada à bibliografia que trata da espionagem estrangeira no país, que efetuaremos esta análise. Esta documentação será verificada a partir das definições de Inteligência – em específico, da Inteligência Humana, onde se insere a espionagem – como disputa pelo segredo, mas também pela produção de conhecimento que reflete os interesses dos órgãos produtores.

Como pretendemos demonstrar, o Brasil estabeleceu um sistema de contraespionagem que levava em conta as principais potências envolvi-

4 – ARGUELHES, Delmo de Oliveira. A Conferência de Chanceleres Americanos de 1942 e o envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; SCHURSTER, Karl; LAPSKY, Igor; CABRAL, Ricardo; FERRE, Jorge. (Orgs.) *O Brasil e a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Multifoco/TEMPO, 2010.
5 – GOMES, Ângela de Castro, et al. *História Geral da Civilização Brasileira: Sociedade e Política (1930-1964)* / tomo III: O Brasil Republicano. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

das no conflito: EUA, Inglaterra, França, Alemanha, Itália e Japão. Por meio desse sistema, o país se inseriu ativamente na guerra secreta decorrente da Segunda Guerra Mundial, parte da qual, travada dentro do próprio território nacional.

1. Um Serviço Secreto Brasileiro

A vigilância e as investigações de caráter sigiloso ocupavam papel central no aparato policial do Estado Novo. Reestruturada a partir de 1933 como sustentáculo do poder varguista⁶, a Polícia do Distrito Federal produzia fichas, prontuários e dossiês acerca de opositores internos – comunistas, sindicalistas, estudantes, integralistas – e de potências estrangeiras: EUA, Inglaterra, França, Alemanha, Itália e Japão⁷.

Em São Paulo, os investigadores de polícia do DOPS também se organizaram num Serviço Secreto⁸. Segundo Hilton⁹, estes agentes eram os mais bem pagos, equipados e treinados do Brasil. Infiltravam-se nos sindicatos e outros segmentos sociais, dentre os quais contavam, também, com delatores locais. Ainda assim, o epicentro da contraespionagem brasileira partia da Polícia do Distrito Federal, que, segundo Cancelli¹⁰, dispunha de verbas secretas para operações sigilosas, além de centrifugar os informes produzidos pelas polícias estaduais¹¹. Em relatório referente às atividades ocorridas em 1940, assim escreveu o Delegado Especial Felisberto Baptista:

6 – CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência: a polícia na Era Vargas*. 2ª. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.

7 – ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Os Arquivos das Polícias Políticas: reflexos de nossa história contemporânea*. Rio de Janeiro: APERJ, 1993, p. 20-34; ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *DOPS: a lógica da desconfiança*. Rio de Janeiro: APERJ, 1994, p. 24, 25.

8 – FLORINDO, Marcos Tarcísio. *O serviço reservado da Delegacia de Ordem Política e Social de São Paulo na era Vargas*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP. Franca, 2000.

9 – HILTON, Stanley. *A Guerra Secreta de Hitler no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983, p. 258.

10 – CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência: a polícia na Era Vargas*. 2ª. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994, p. 57-71.

11 – ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Os Arquivos das Polícias Políticas: reflexos de nossa história contemporânea*. Rio de Janeiro: APERJ, 1993

Não é admissível que órgãos responsáveis pela estabilidade do regime e pela segurança do Governo vivam do acaso, da sorte e do palpite, arriscando, num verdadeiro jogo de cabra cega, assuntos de importância decisiva e de consequências muitas vezes irremediáveis¹².

Para o delegado, a solução encontrada foi coordenar os recursos da delegacia no sentido de recrutar informantes. Assim, os agentes atuavam agrupados em cinco linhas investigativas, sendo recrutados e gerenciados de formas independentes:

Assim, meu primeiro cuidado foi orientar, pessoalmente, os diversos serviços e impulsioná-los constantemente no trabalho de colheita de informações em todos os meios sociais. Todos os elementos suspeitos passaram a ser continuamente vigiados e suas atividades anotadas pelas Secções de Segurança Política e Social, conforme eram eles: políticos e militares, ou comunistas, aliancistas e esquerdistas em geral¹³.

Além da vigilância estabelecida pela Secção Política – classificada pela sigla S-1 – e pela Secção Social –S-2 – Felisberto Baptista coordenava diretamente mais duas linhas de captação de informações:

Convencido que a multiplicidade dos serviços informativos sob uma única orientação coordenadora é a maior garantia das autenticidades das informações, organizei uma segunda linha de agentes que constituem o Serviço Reservado (S.R.). Constitui, ainda, a terceira linha composta de agentes secretos diretamente a mim subordinados que têm o prefixo D são elementos mais ou menos infiltrados nas diversas classes sociais e em alguns setores conspiratórios¹⁴.

Por fim, completando as linhas de coleta, o delegado ainda colocou sob sua chefia direta o Serviço Secreto de Informações, investigadores recrutados pelo Chefe de Polícia¹⁵ que faziam observações reservadas,

12 – Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo Polícias Políticas. Setor Administração. Dossiê 1. Pasta 1-g.

13 – Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo Polícias Políticas. Setor Administração. Dossiê 1. Pasta 1-g.

14 – Estado do Rio de Janeiro. Fundo Polícias Políticas. Setor Administração. Dossiê 1. Pasta 1-g.

15 – “Usando a autorização que me confere o inciso XV do art. 3 do decreto 24.531 de 2 de julho de 1934, que aprovou o regulamento da Polícia Civil do Distrito Federal, resolvo criar junto ao gabinete, sob minha orientação direta, um Serviço Secreto de Investigações,

campanas, prisões extralegais e escutas telefônicas¹⁶: “Sem anexar, propriamente, o S.S.I. à Delegacia Especial, pus em conexão os seus serviços com os desta Repartição, criando, assim, a quarta linha informativa”. Estes esforços coordenados datam do ano de 1940. Entretanto, pelo menos cinco destas linhas informativas já existiam desde 1939¹⁷: os informantes cooptados pelas Secções Política e Social, os agentes do Serviço Secreto de Informações e os espiões marcados com o prefixo “D”, que trabalhavam diretamente para o delegado. Somados aos investigadores de Polícia do Serviço Reservado, criado em 1940, estes grupos constituíam as fontes humanas – ou seja, as pessoas fornecedoras de dados por meio de delação ou espionagem¹⁸ – usadas pela DESPS em suas atividades de Inteligência.

Em 1943, os agentes “D” e “S.R.” foram aglutinados dentro do Serviço de Investigações e Pesquisas, composto pela Seção de Investigações (S-5) e de Pesquisas (S-6). Esta processava e gerenciava as informações coletadas por aquela, o que já era o prenúncio da reestruturação pela qual a Polícia Política passaria em 1944, transformando-se em DPS¹⁹. Consideramos assim que os agentes “D” e “S.S.I.” se perderam,

composto de um quadro móvel de investigadores com duzentos funcionários”. Portaria 4.430 de 5 de Setembro de 1938. (DEPARTAMENTO FEDERAL DE SEGURANÇA PÚBLICA: 1937-1949)

16 – ROSE, Robert Sterling. *O homem mais perigoso do país*: biografia de Filinto Müller. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017, p. 98.

17 – Estado do Rio de Janeiro. Fundo Polícias Políticas. Setor Administração. Dossiê 1. Pasta 1-g.

18 – Falamos de HUMINT, ou seja, os dados obtidos por pessoas. Este termo “é um eufemismo tipicamente norte-americano, incorporado ao jargão internacional porque evita o uso do termo espionagem, muito mais pesado do ponto de vista legal e político” (CEPIK, Marco. *Espionagem e democracia*. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 36). Outros exemplos de fontes são: SIGINT, que consiste na interceptação e interpretação de sinais de comunicação – grampeamento de telefones, detecção de transmissões de rádio, etc. – e as fontes OSINT, também chamadas de “abertas”, que envolvem a análise de jornais, revistas, sítios eletrônicos entre outros.

19 – Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo Polícias Políticas. Setor Administração. Pasta 1-cont. O Major Amaro da Silveira extinguiu estas duas Secções em setembro de 1943. Contudo, um modelo semelhante retornaria nas implantações posteriores da Divisão de Polícia Política, e é de um sistema deste tipo – um serviço de investigações para missões secretas, um de informações para análise e processamento dos dados coletados – que Borer fala em sua entrevista (ARAUJO, Paulo Roberto de. DUARTE, Leila

foram redirecionados a outros trabalhos policiais e/ou substituídos por gente de confiança da nova chefia. As exceções foram mantidas ou promovidas dentro da polícia, estando os investigadores do S.R. incluídos nesta situação.

Como seria de se esperar de uma instituição encarregada de atividades secretas, os nomes destes espiões raramente constam na documentação policial. Os dados que forneciam estão na forma de boletins reservados, anexados aos relatórios policiais referentes a cada pasta temática produzida pelo órgão. Nestes boletins reservados, as siglas referentes às unidades internas da polícia, para a qual o informante trabalhava, eram mencionadas: S-1 – Secção Política – S-2 – Secção Social – S.S.I. – Serviço Secreto de Informações – “D” – espiões do Delegado – e S.R. – Serviço Reservado.

2. Outros recursos

Além da infiltração e recrutamento de informantes, os investigadores da DESPS também empreendiam escutas telefônicas e levantamento de dados em panfletos, jornais ou revistas. Em relatório confidencial relativo ao Serviço Reservado, o Detetive Afonso Costa - Chefe da Seção - relatava a implantação de um “sistema de escutas”. Não fica claro para nós se a designação “escutas” é mais uma alcunha para informantes ou, de fato, para aparelhos eletrônicos instalados²⁰. Em relatório de 1943, Luiz Inácio Domingues – Chefe da Seção de Pesquisas – menciona a importância da radiografia e a periculosidade dos meios eletrônicos de comunicação, mas também não é claro quanto às possibilidades da Delegacia de rastrear transmissões ou grampear aparelhos²¹. É o que chamamos de SIGINT no

Menezes de. *Ação e investigação*: polícia política e comunismo no Brasil: 1945-1964. Rio de Janeiro: APERJ, 2000).

20 – Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo Polícias Políticas. Setor Administração. Pasta 1-f. Relatório do ano de 1941. Serviço Reservado, Confidencial.

21 – Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo Polícias Políticas. Setor Administração. Pasta 1-cont.

campo da Inteligência, ou seja, dados coletados por meio da interceptação de sinais²².

De qualquer forma, ao menos a polícia paulista (a mais bem treinada, equipada e paga do Brasil) dispunha deste aparato. Por exemplo, os policiais paulistas monitoravam o telefone de Maria Teresa Cavalcanti, jornalista que cooperou com espões húngaros que trabalhavam para o serviço de inteligência militar alemão no Brasil²³. Segundo Rose²⁴ os investigadores do S.S.I. contavam com locais secretos na Lapa, no Catete, na Cinelândia e no Centro (da cidade do Rio de Janeiro), onde estava instalada tecnologia para grampeamento de telefones.

Por outro lado, havia especial preocupação com as estações clandestinas de rádio, que eram instaladas no Brasil por espões do Eixo²⁵. Em dezembro de 1941, um homem chamado Juvenal Sayon, que possuía uma loja, em São Paulo, informou ao DEOPS sobre um cliente suspeito que havia pedido um equipamento incomum em sua loja. Segundo Sayon, o cliente disse, com sotaque carregado, chamar-se O. Mendes e morar num hotel, em Santos. Elpidio Reali, delegado encarregado do caso, pediu para que Sayon providenciasse o equipamento. Além disso, o delegado colocou dois policiais disfarçados na loja, para o caso de o suspeito aparecer, e ordenou uma sindicância em Santos, para averiguar, nos hotéis da cidade, se havia algum Mendes por lá. Nenhum “Mendes” foi localizado e, dias depois, Reali retirou seus policiais da loja de Sayon. Em fevereiro do ano seguinte, Sayon voltou à polícia e informou que um homem, chamado Domingos Sgarzy telefonou pedindo o equipamento encomendado por “Mendes”. Além disso, Sayon contou aos policiais que havia vendido um transmissor para o mesmo Sgarzy, meses antes. Em março, o delegado Reali autorizou a detenção de Sgarzy, que, ao ser interrogado,

22 – CEPIK, Marco A. C. *Espionagem e democracia*. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 36.

23 – HILTON, Stanley. *A Guerra Secreta de Hitler no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983, p. 258.

24 – ROSE, Robert Sterling. *O homem mais perigoso do país: biografia de Filinto Mül-ler*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

25 – PERAZZO, Priscila Ferreira. *O perigo alemão e a repressão policial no Estado Novo*. 1. ed. São Paulo: Imprensa Oficial/Arquivo do Estado, 1999.

contou estar sob as ordens de Uli Uebele. Os policiais do DEOPS prenderam Uebele, que, após tentar despistar os investigadores, confessou que o transmissor estava com um amigo. Por fim, após mais de 24 horas de diligências ininterruptas, entre São Paulo, São Vicente e Santos, o delegado do DEOPS descobriu o transmissor na casa de um integralista. Todos os presos foram levados para São Paulo, mas, segundo Sayon, nenhum deles era o misterioso cliente. Uebele não quis entregar o suposto espião, mas contou que se comunicavam com ele por cartas. Dias depois, no escritório de Uebele, em Santos, Reali descobriu três cartas, cujo remetente se chamava Niels Christensen e morava no Rio. Com a permissão de Filinto Müller e acompanhado por policiais e por Sayon, Elpidio Reali foi ao Rio para prender o suposto espião. Reali e seus policiais encontraram a estação de rádio clandestina, além de outras provas²⁶.

Além da disputa pelo segredo em relação às transmissões eletrônicas, o outro tipo de fonte com a qual a polícia trabalhava eram as ostensivas: jornais, revistas, panfletos e periódicos dos mais variados tipos. São chamadas, na atividade de Inteligência, de fontes abertas (OSINT). Noutros termos: trata-se de fontes que não são guardadas em segredo por um Estado ou organização, pelo contrário, são divulgadas publicamente²⁷. Este tipo de fonte era coletado através do Serviço de Verificação de Jornais (S.V.J), enviado à polícia através do Ministério das Relações Exteriores²⁸, apreendido em poder de presos políticos ou simplesmente obtido por investigadores e mesmo espiões que julgassem seu conteúdo de interesse à DESPS.

26 – HILTON, Stanley. *A Guerra Secreta de Hitler no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983, p. 258, p. 310-314.

27 – “(...) obtenção legal de documentos oficiais sem restrição de segurança, da observação direta e não clandestina dos aspectos políticos, militares e econômicos da vida interna de outros países ou alvos, do monitoramento da mídia, da aquisição legal de livros e revistas especializadas de caráter técnico-científico, enfim, de um leque mais ou menos amplo de fontes disponíveis cujo acesso é permitido sem restrições especiais de segurança” (CEPIK, Marco. *Espionagem e democracia*. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 32).

28 – Como o Boletim Reservado do Ministério das Relações Exteriores acerca da campanha comunista no Uruguai. (Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo Políticas Políticas. Setor Comunismo, Notação 3A.)

Observando a data das publicações encontradas nos relatórios policiais mobilizados para este trabalho – que abarcam o período entre 1940 e 1943 – bem como seu conteúdo, a polícia demonstrou interesse pelo que a mídia escrita dizia sobre a Guerra e sobre as relações entre estes países, em especial no que dizia respeito ao Brasil²⁹. Tais fontes também serviam para avaliar, no exterior, a visão que se tinha do país e o posicionamento daquelas nações em um momento histórico tão decisivo quanto o fim dos anos 30 e começo dos 40. Nesse sentido, a propaganda e os posicionamentos estrangeiros, notadamente argentinos, americanos, ingleses, alemães e italianos, interessavam à Polícia Política. Usar as fontes abertas permitia aos policiais acompanhar os ânimos envolvidos na guerra, as formas de propaganda das potências estrangeiras, suas ideologias e, quando possível, seus planos concernentes ao Brasil. Mas também permitiam “incriminar” pessoas ou grupos por propaganda de guerra ou adesão à espionagem estrangeira³⁰.

29 – Com relação às potências estrangeiras envolvidas na Segunda Guerra Mundial, coletamos referente ao Setor Norte-Americano: O Radical (1), Jornal do Brasil (1), O Imparcial (1), Correio da Manhã (1), A Nota (2), A Noite (1), A Notícia (1). Referente ao Setor Inglês: 1 folheto sobre "O Perigo Nazista sobre nós" (no caso, a América do Sul), Diário de Notícias (1), e uma "lista anunciada de certos cidadãos bloqueados" (Seção Brasileira, tudo isso em inglês), - Diário da Noite (1), Vanguarda (1), 4 recortes com símbolos com a propaganda do "V" de vitória inglês, - Panamá American (1) e O Imparcial 1 (1). Setor Francês: Diário de Notícias (1), 4 publicações comunistas francesas, Diário da Noite (1), um símbolo "V de Vitória" francês, em forma de Galo, Correio da Manhã (2), Diário Carioca (3), A Gazeta (1), A Notícia (1), Correio da Noite (1), - Diário de Notícias (1), A Manhã (1), Vanguarda (1), O Radical (1), Setor Italiano: 1 livreto com o discurso proferido na colônia italiana de São Paulo ao diretor de A Gazeta, 1 livreto "fascismo ou liberdade", 1 livreto "fascismo, realização proletária", 14 recortes de jornal italiano, 1 nota aparentemente traduzida para o português, do governo italiano, 1 noticiário especial da agência Stefani, 1 artigo, em português, de Mario Appeli, sobre as frentes italianas da Guerra fornecido por D-15, 1 artigo, em português, de Francisco Pettinati, "Derrota da Itália" fornecido por D-15, 5 artigos em português sobre eventos da Itália na Guerra fornecidos por D-15, 1 Boletim Informativo Italiano, publicado no Rio, 1941. Setor Japonês: - Diário Carioca (2), O Globo (1), O Radical (1), Gazeta de Notícias (1), A Notícia (1), - A Noite (1). Setor Alemão: - 1 panfleto de propaganda dos "Alemães Livres", A Gazeta de São Paulo (1), 1 panfleto de propaganda antinazista, 2 recortes de noticiários alemães, em alemão. Foram, ao todo, 75 materiais deste tipo identificados nas fontes.

30 – PERAZZO, Priscila Ferreira. *O perigo alemão e a repressão policial no Estado Novo*. 1. ed. São Paulo: Imprensa Oficial/Arquivo do Estado, 1999, p.160-163.

3. As demandas e os alvos

Estes dados, coletados por meio de infiltrações, disfarces, informantes, delações, grampios, jornais, revistas e panfletos, eram arquivados na forma de boletins reservados, prontuários e relatórios de serviço. Eram usados para embasar relatórios e dossiês específicos acerca da atuação, contatos, espionagem e a propaganda da parte de norte-americanos, ingleses, alemães, italianos e japoneses³¹. Ao armazenar, processar e analisar os dados coletados, a DESPS empreendia o trabalho de produção de Inteligência, no sentido de um conhecimento capaz de auxiliar um chefe de Estado ou comandante militar a tomar decisões³².

Segundo José de Moraes, investigador que ingressou na DESPS em 1943 e trabalhou no setor de Arquivo até 1983, havia uma continuidade na organização deste material por parte da polícia, o qual, segundo Cecil de Borer – outro componente importante da instituição – começou a ser organizado aproximadamente em 1937³³. Assim, a DGIE – Polícia Política dos anos 1970 até o fim da Ditadura Militar – organizou o arquivo produzido pela DESPS em 20 setores com os seguintes nomes: Administração, Alemão, Austríaco, Averiguações, Diversos, Espanhol, Espionagem, Estados, Francês, Geral, Inglês, Inquéritos, Integralismo, Italiano, Japonês, Mapa de Presos, Militar, Norte-americano, Sindicatos e Sul-americano³⁴.

Interessa-nos aqui, especificamente, os relatórios referentes às potências envolvidas na guerra. A produção referente aos países do Eixo

31 – ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Os Arquivos das Polícias Políticas*: reflexos de nossa história contemporânea. Rio de Janeiro: APERJ, 1993, p. 22-24; ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *DOPS: a lógica da desconfiança*. Rio de Janeiro: APERJ, 1994, p. 24, 25.

32 – CEPIK, Marco A. C. *Espionagem e democracia*. Rio de Janeiro: FGV, 2003; ANTUNES, Priscila C. B. *SNI & Abin: uma leitura dos serviços secretos brasileiros ao longo do século XX*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

33 – ARAUJO, Paulo Roberto de; DUARTE, Leila Menezes de. *Ação e investigação: polícia política e comunismo no Brasil: 1945-1964*. Rio de Janeiro: APERJ, 2000, p. 38, 51.

34 – ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *DOPS: a lógica da desconfiança*. Rio de Janeiro: APERJ, 1994, p. 14.

demonstra a preocupação da polícia sobre potências que mantinham consideráveis colônias no país – Alemanha, Itália, Japão – e que, por isso, poderiam influenciar de alguma maneira as defesas do país. De forma semelhante, a documentação referente a outros países da América do Sul expressa a preocupação policial com viajantes de países vizinhos e a importância de estar a par da atividade comunista ou fascista nestes países, bem como saber acerca da posição de seus governos no tocante ao Brasil e ao continente. Países com relações estratégicas para o Brasil, como Inglaterra, França e Estados Unidos também foram monitorados, ao mesmo tempo em que se mantinha com eles algum intercâmbio de informações e colaboração no campo da espionagem.

Quanto à ausência de alguma pasta temática referente à União Soviética pode se explicar pelo fato de que, até 1942, quando o Brasil entrou na guerra ao lado dos Aliados, não havia proximidade e ou relações diplomáticas que justificassem tal preocupação³⁵. É lógico que havia a preocupação com espiões e apoio soviético ao comunismo no Brasil e na América do Sul, mas isso estava intrínseco no contexto de vigilância e combate ao comunismo, que compõe um setor temático próprio de documentação policial.

Desconsiderando as questões estritamente internas – estudantes, sindicalistas, comunistas, integralistas e opositores em geral ao Estado Novo – este era o quadro geral do Serviço Secreto brasileiro em relação ao conflito na Europa: vigilância sobre as colônias alemã, japonesa e italiana, contraespionagem em relação aos países do Eixo, e contraespionagem também em relação aos Aliados, paralela à estreita colaboração, no campo da Inteligência, com americanos e ingleses.

O Brasil estava, assim, ativamente envolvido no confronto por meio da espionagem, isso antes da declaração de guerra em 1942 e do envio de tropas à Itália em 1944. Noutros termos, o Serviço Secreto brasileiro

35 – O Brasil somente estabeleceu relações diplomáticas com a União Soviética em 1945, situação que mudaria em 1947. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O Perigo é Vermelho e vem de fora: O Brasil e a URSS. *Locus: revista de história*, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, p. 227-246, 2007.

foi mais um campo de atuação no maior conflito mundial da História, anterior à FEB, às missões da FAB no Brasil e na Europa, e às escoltas efetuadas pela Marinha. Cabe, neste sentido, averiguar o trabalho empreendido por este Serviço Secreto, bem como seus efeitos a nível de Segurança Nacional.

4. A produção do Serviço Secreto

Concordamos com Shulsky³⁶, quanto a sua definição da atividade de Inteligência como uma disputa pelo segredo, no caso, a Polícia Política brasileira buscando penetrar as infiltrações das agências Aliadas e do Eixo. Mas a espionagem é empregada com fins específicos, no tocante à obtenção de segredos em relação a alvos igualmente específicos, enquanto a contraespionagem visa exatamente impedir que segredos sensíveis sejam descobertos por outros competidores. Neste sentido, mesmo que tal disputa vá além da mera produção de conhecimento a partir da coleta e análise de dados, como define Jennifer Sims, o alerta desta autora quanto à Inteligência ser produzida conforme interesses variados³⁷ não deve ser perdido de vista. Ou seja, nenhuma das fases deste processo é realizada de forma imparcial, como se os fatos fossem revelados pelo trabalho dos agentes: isto se dá em qualquer contexto histórico onde se exerça tal atividade, mas em especial por parte de agentes que compunham a Polícia Secreta de um estado ditatorial e personalista como foi o Estado Novo.

Portanto, é preciso localizar historicamente tanto a agência (Delegacia Especial de Segurança Política Social) como o governo ao qual serve (o Estado Novo varguista). Tratava-se de um departamento policial voltado para Segurança Interna, num contexto de intensa atividade estrangeira em

36 – SHULSKY, Abram. What is Intelligence? Secrets and competition among states. In: GODSON, Roy; SCHMITT, May. *US Intelligence at the crossroads: agendas for reform*. New York: Brassey's, 1995, p. 26.

37 – “(...) no mundo real, a natureza humana distorce a inteligência de várias maneiras” (*In the real world, however, human nature intervenes to distort intelligence in several ways, two of which will be discussed here: politicization and privatization*). SIMS, Jennifer. What is Intelligence? Information for decision makers. In: GODSON, Roy; SCHMITT, May. *US Intelligence at the crossroads: agendas for reform*. New York: Brassey's, 1995, p. 5.

meio a um conflito mundial, estabelecida por uma ditadura que, ancorada no medo – dos inimigos elencados pelo Estado e das malhas deste mesmo Estado –, ignorava por completo garantias individuais a seus cidadãos³⁸. Em meio à Segunda Guerra Mundial, o Brasil se viu obrigado a lidar com a presença de espões estrangeiros em seu território, que buscavam manter-se informados não somente sobre as vulnerabilidades políticas e geográficas do país, mas também de seus aliados. Para tanto, reuniam dados sobre embaixadas, seus funcionários, localizações de navios, adidos militares, etc³⁹. Desta forma, não somente o inegável caráter repressor da polícia deve ser ressaltado, mas também o fato de que o Serviço Secreto construído por esta instituição contribuiu diretamente com os interesses de defesa do Estado, e isto num contexto de guerra. Noutras palavras, efetuando contraespionagem, a DESPS buscava proteger informações fundamentais para a segurança nacional, pois:

A contraespionagem traz uma discreta contribuição para a segurança. Provê informações sobre ameaças discerníveis e produz evidências específicas do fluxo de penetrações tanto do seu lado quanto do lado adversário, permitindo o fortalecimento do aparato de segurança e impedindo a exploração de suas fraquezas pelos agentes adversários⁴⁰.

Perazzo⁴¹, analisando esta documentação da Polícia Política em relação ao nazismo e à comunidade alemã, demonstrou como tais relatórios eram baseados em estereótipos, nos quais todo alemão que vivia no Brasil estava real ou potencialmente ligado aos espões do III Reich, descritos, nos mesmos relatórios, como sedutores, elegantes, altamente profissionais e perigosos. Tal descrição não apenas expunha uma visão de mundo enviesada, mas buscava enfatizar a ameaça e valorizar o trabalho dos próprios policiais que os produziam. Tal tendência não se restringia aos alemães: o acervo da Polícia Política, conservado conforme a organização

38 – CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência: a polícia na Era Vargas*. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.

39 – HILTON, Stanley. *A Guerra Secreta de Hitler no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.

40 – CEPIK, Marco A. C. *Espionagem e democracia*. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 26.

41 – PERAZZO, Priscila Ferreira. *O perigo alemão e a repressão policial no Estado Novo*. 1. ed. São Paulo: Imprensa Oficial/Arquivo do Estado, 1999.

do próprio aparato policial⁴², nos permite rastrear com qual lógica e sob quais objetivos estes dados estavam organizados, e que tipos de discursos foram produzidos a partir deles.

Começemos pela relação com os americanos. Durante a década de 1930, os EUA procuraram colaborar com polícias latino-americanas “mediante acordos acerca da troca de suspeitos e informações” ou “solicitação, por parte de um país, de ajuda do FBI para instituir novas organizações de serviço secreto”. Naturalmente, tais auxílios eram parte da política norte-americana de monitoramento e influência sobre os governos locais – inclusive o Brasil. O embaixador norte-americano teria se impressionado com o empenho e com a colaboração policial por parte de Henrique de Miranda Correia e Francisco Jullien. Sugeriu então ao Departamento de Estado que os recompensasse e enviasse aos Estados Unidos para treinamento policial⁴³.

Esta relação, oficialmente motivada pelo combate contra o comunismo era, contudo, discreta e informal, baseada quase que totalmente no contato entre altos funcionários da diplomacia americana e os policiais do alto escalão. Com a ameaça da Segunda Guerra Mundial, o FBI foi mobilizado para atividades de contraespionagem no território americano, que também foram internacionalizadas para a América Latina. De fato, o governo americano efetuava um trabalho prospectivo no Brasil, que envolvia influência através do FBI por meio de relações pessoais com as polícias locais e treinamento das mesmas. Esta influência permitiu que agentes do FBI interrogassem suspeitos de espionagem junto a agentes da DESPS, e que o embaixador americano recomendasse, em 1942, a admissão e demissão de funcionários da polícia brasileira. O próprio Chefe de Polícia que recebera esta recomendação, Alcides Etchegoyen, pediu ajuda ao FBI para a instalação de uma polícia federal nos padrões da polícia americana⁴⁴.

42 – ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Os Arquivos das Polícias Políticas*: reflexos de nossa história contemporânea. Rio de Janeiro: APERJ, 1993.

43 – HUGGINS, Martha. *Polícia e Política*: relações Estados Unidos/América Latina. São Paulo: Cortez, 1998, p. 48, 54-55.

44 – ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Os Arquivos das Po-*

Até aqui, o quadro demonstra uma polícia submissa e mesmo voluntariosa aos interesses americanos no Brasil. Todavia, há outros fatores a serem considerados no tocante à relação entre os policiais brasileiros e a atividade de espionagem norte-americana no Brasil. Primeiramente, ao mesmo tempo em que se mostrava disposta a colaborar, o Serviço Secreto brasileiro também desconfiava dos americanos. Espiões da DESPS estavam infiltrados na embaixada americana e vigiavam de perto adidos militares, turistas e jornalistas estadunidenses. Como outros exemplos, citamos a vigilância sobre Theodor Xanthaky, prestigiado agente ligado à embaixada americana que tinha livre acesso à DESPS. Xanthaky acompanhara o destino dos líderes da revolta de 1935 na prisão e pôde até mesmo interrogar Harry Berguer. Por outro lado, um investigador do S.S.I. alertou, em 6 de novembro de 1941, que Xanthaky era o responsável pelas atividades de propaganda na embaixada americana, trabalhando junto a dois homens cujos nomes eram Henry Bagley e Frank Garcia – este último, não identificado pelo investigador⁴⁵.

De fato, havia uma relativa independência por parte da DESPS com relação a assuntos referentes aos norte-americanos. Por exemplo, em 1943, a Inspetoria Geral da Polícia passava à S-2 a informação que recebera por parte da União Beneficente dos Chauffeurs de que havia agentes comerciais americanos no Brasil encarregados de comprar 90% dos pneus em estoque. A ordem foi “proceder rigorosas sindicâncias a fim de apurar a veracidade (daquela) informação”. A S-2 tinha informações acerca da situação, e respondeu que os referidos funcionários contavam com a colaboração do Adido Comercial da embaixada, aparentemente operando com consentimento do Itamaraty⁴⁶. Naquele mesmo ano, a DESPS apreendeu rádios transmissores de ondas curtas da Rubber Development Corporation, uma agência oficial do governo americano ligada à produção de borracha. Quando a comissão de controle dos acordos de Washington entrou em contato com a polícia a fim de reaver os artefatos, Olindo Denys, então Delegado Especial, disse que os rádios estavam em poder

lícias Políticas: reflexos de nossa história contemporânea. Rio de Janeiro: APERJ, 1993.

45 – Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Setor Norte-americano 1.

46 – Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Setor Norte-americano 4.

do Tribunal de Segurança Nacional e não poderia atender ao pedido, pois dependia de sua liberação⁴⁷. Na verdade, considerando o estado ditatorial de então e a relação entre a DESPS e o Tribunal de Segurança Nacional⁴⁸, não seria difícil que o delegado adquirisse os rádios para os americanos.

Filinto Müller, Chefe de Polícia até 1942, tinha a intenção de ter total controle das relações com os americanos, mantendo-as de acordo com seus próprios termos. Quando Oswaldo Aranha – então Ministro das Relações Exteriores – tentou costurar um acordo direto com o FBI para a construção de um Serviço Secreto no Brasil, o então Chefe de Polícia rechaçou tais atividades, dizendo não querer nenhum estrangeiro “xere-tando” dentro ou fora de “seu departamento”. Como resultado, as tentativas do FBI neste sentido foram frustradas⁴⁹. Müller pretendia, com isso, manter trunfos com relação aos americanos, observando-os de perto e estando um passo à frente deles quanto às suas atividades no Brasil. De forma semelhante, Filinto Müller não estava disposto a permitir ingerências nem admitir concorrentes em sua área de atuação.

Acusado de ser partidário dos alemães, Filinto Müller foi demitido em 1942 após uma dura repressão contra as manifestações estudantis. Tal demissão foi resultado do alinhamento brasileiro aos Aliados na guerra, e, a partir de então, as colaborações passaram paulatinamente a suplantar as desconfiças: os americanos seriam aliados valiosos para o projeto de reformulação da Polícia Civil do Distrito Federal, proposto por Alcides Etchegoyen⁵⁰. Tal projeto, discutido pela própria polícia desde pelo menos 1943, estava inserido no processo de democratização articulado pelo próprio Vargas⁵¹, já numa perspectiva de adoção de uma democracia liberal alinhada aos Estados Unidos.

47 – Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Setor Norte-americano 8.

48 – CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência: a polícia na Era Vargas*. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994, p. 102-107.

49 – HUGGINS, Martha. *Polícia e Política: relações Estados Unidos/América Latina*. São Paulo: Cortez, 1998, p. 62.

50 – HUGGINS, Martha. *Polícia e Política: relações Estados Unidos/América Latina*. São Paulo: Cortez, 1998, p. 67-72.

51 – REZNIK, Luís. *Democracia e Segurança Nacional: a Polícia Política no pós-guerra*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

De qualquer forma, internamente os homens que compunham o Serviço Secreto brasileiro tinham a ganhar colaborando com os americanos. Engajados como estavam na luta contra o comunismo, viam nos americanos um poderoso aliado, e não faria muito sentido *disputar* ao invés de *aprender* com eles. Isso implicava na possibilidade de importação de conhecimento, técnicas e investimentos para a polícia, além de contatos pessoais vantajosos na embaixada americana e/ou na prestigiada polícia federal americana – FBI. Neste sentido, uma das maiores recompensas que poderia brotar desta relação era receber treinamento direto da polícia norte-americana, principalmente se esse treinamento fosse no próprio FBI. Tal foi o caso dos já citados Henrique de Miranda Correia e Francisco Jullien: o primeiro, a convite do próprio presidente Roosevelt, visitou departamentos de polícia em Washington e Nova York, enquanto o segundo, que também visitou a polícia de Nova York, fez um intercâmbio com a polícia de Chicago e ainda pôde visitar o quartel general do FBI em Washington. Outro exemplo foi o de Plínio Brasil Milano, então chefe do DOPS do Rio Grande do Sul: igualmente colaborando a nível informal com os americanos – cedendo acesso aos arquivos policiais e permitindo que agentes estadunidenses interrogassem prisioneiros – pôde visitar a academia de treinamento do FBI em Washington no ano de 1943. Como resultado, Plínio foi tido tanto pelos agentes americanos quanto pelos brasileiros como um dos mais bem preparados policiais do país, o que o tornou um verdadeiro ícone da Polícia Civil do Rio Grande do Sul⁵².

Com relação aos alemães, a situação foi igualmente complexa. Superficialmente, poderíamos falar numa dose de simpatia por boa parte da DESPS, na medida em que o Reich, os símbolos, os discursos nacionalistas e de poder parecem ter fascinado componentes da polícia, entre eles o próprio Filinto Müller acusado de simpatizante do Eixo⁵³. Além de Müller, temos também o exemplo de dez policiais cujas demissões foram recomendadas pelo embaixador americano Jefferson Caffrey ao

52 – HUGGINS, Martha. *Polícia e Política: relações Estados Unidos/América Latina*. São Paulo: Cortez, 1998, p. 56, 73-76.

53 – Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/filinto_muller. Acesso em: 07.04.15.

novo Chefe de Polícia, Alcides Etchegoyen: o motivo das demissões foi justamente pelo fato de serem considerados “pró-nazistas”⁵⁴. Não é surpresa constatar que isso se deu no mesmo ano em que o próprio Müller foi demitido da chefatura de polícia.

A relação não se restringia à admiração. Havia um pacto secreto entre a DESPS e a Gestapo que incluía troca de informações, conhecimentos, técnicas e materiais, bem como colaboração na perseguição de comunistas e anarquistas⁵⁵. Além da simpatia, a boa relação com a polícia alemã também garantiria, a exemplo da colaboração com os americanos, contatos vantajosos e possibilidades de *status* profissional. Foi o caso de Henrique de Miranda Correia, que recebeu de Heinrich Himmler a Ordem da Primeira Classe da Cruz Vermelha. O próprio Filinto Müller visitara a Alemanha em 1937, conferenciando com Himmler.

Entretanto, em comparação ao que se deu com os americanos, a polícia mantinha severa vigilância sobre as colônias alemãs no Brasil. Esta atuação dos espões alemães e as operações de contraespionagem brasileira em relação a estas infiltrações são conhecidas na historiografia brasileira. Por exemplo, em meados de 1940, um dos agentes da DESPS, conhecido como D-11, espionou a residência de um homem chamado Alfredo Altermann. Segundo o relatório do espião, a mansão era frequentada por nazistas. D-11 registrava tudo: as placas dos carros estacionados e seus proprietários, descrevia e, posteriormente, identificava quem entrava e saía da residência, entre outros detalhes. D-11 também se informava, a respeito da movimentação na casa de Altermann, através dos vizinhos. Entretanto, o suspeito só foi detido em setembro de 1942: segundo a própria polícia, havia sido espião durante a Primeira Guerra e era, realmente, nazista. Entre agosto e outubro de 1941, a DESPS estava monitorando as viagens de alemães suspeitos, sempre em aviões das empresas Condor ou VASP. Segundo a autora, a polícia registrou que Albrecht Engels viajou a

54 – UGGINS, Martha. *Polícia e Política: relações Estados Unidos/América Latina*. São Paulo: Cortez, 1998, p. 72.

55 – CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência: a polícia na Era Vargas*. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994, p. 90.

Buenos Aires, em agosto de 1941. Registraram, também, que, em setembro, Hans Cossel, ex-líder do partido nazista no Brasil, viajou para São Paulo e, no mês seguinte, foi para o Rio. Os policiais registraram, ainda, que Hans Kotze, um espião nazista que acabou se tornando informante dos britânicos, chegou de Buenos Aires em outubro e, depois, seguiu para São Paulo⁵⁶.

Também em 1941, um advogado brasileiro chamado Elias Napoleão Dias da Silva foi recrutado por Adalberto Wamszer, que, por sua vez, trabalhava para Othmar Gamillscheg. A dupla de espiões queria que Elias Silva espionasse o porto do Panamá, na América Central. O que os dois não sabiam era que o advogado passava informações ao delegado da DESPS, Felisberto Batista. Silva iniciou sua viagem ao Panamá em fevereiro de 1942⁵⁷. De acordo com Hilton⁵⁸, Silva não chegou ao seu destino. O advogado desembarcou em Belém e revelou sua verdadeira missão ao cônsul estadunidense, na esperança de conseguir transporte para a Venezuela. Para Rout, Jr. e Bratzel, Elias Silva foi preso em Belém⁵⁹. Sabe-se, porém, que o advogado foi realmente detido e julgado pelo Tribunal de Segurança Nacional⁶⁰. Curiosamente, o navio no qual Elias Dias estava viajando pelo Atlântico em direção ao Panamá foi atacado e afundado por um submarino alemão em março de 1942, próximo ao litoral dos Estados Unidos⁶¹.

Em São Paulo, investigadores passaram a monitorar um suspeito, chamado Hans Kotze, desde outubro de 1941. Kotze se encontrava com outros alemães pela cidade, frequentava cassinos, passeava no Guarujá,

56 – PERAZZO, Priscila Ferreira. *O perigo alemão e a repressão policial no Estado Novo*. 1. ed. São Paulo: Imprensa Oficial/Arquivo do Estado, 1999, p. 149-153.

57 – ROUT, Leslie; BRATZEL, John. *The shadow war: German espionage and United States counterespionage in Latin América during World War II*. Maryland: University Publications of America, Inc., 1986, p. 148-149.

58 – HILTON, Stanley. *A Guerra Secreta de Hitler no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983, p. 302.

59 – ROUT, Leslie; BRATZEL, John. *The shadow war: German espionage and United States counterespionage in Latin América during World War II*. Maryland: University Publications of America, Inc., 1986, p. 149.

60 – *O Radical*, 2 de outubro de 1943.

61 – *Correio Paulistano*, 12 de março de 1942.

mantinha um romance com uma dançarina chamada Gabriela Lazlo e, durante todo esse tempo, estava sendo vigiado⁶². De acordo com Hilton, agentes do DEOPS chegaram a fotografar Kotze numa praia próxima a Santos⁶³. Após perderem o rastro de Kotze, os agentes permaneceram espiando um restaurante, frequentado especialmente por alemães, onde descobriram alguns contatos do suspeito. Um policial do DEOPS, disfarçado, conseguiu se aproximar e manter uma amizade com Margarida Bergan, governanta de Kotze. Sabendo que Bergan estava de mudança, o agente ofereceu sua ajuda, com o intuito de observar os pertences da suspeita, já sabendo que a governanta sempre carregava uma pasta. Durante a mudança, outros investigadores, disfarçados e agindo como ladrões, roubaram a pasta de Bergan, descobrindo, na bolsa, vários endereços de pessoas suspeitas e uma foto de Hans Kotze. Mais tarde, na Delegacia de Estrangeiros, descobriram a cópia de um passaporte com a foto de Kotze, mas o nome no documento era outro: Johan Hegers. Soube-se, então, que um estrangeiro havia viajado do Brasil ao Canadá utilizando o passaporte de Johan Hegers. Assim, o DEOPS concluiu que Bergan havia conseguido aquele passaporte falso para que Kotze pudesse embarcar para o Canadá⁶⁴.

Estes agentes alemães chegavam ao Brasil através da embaixada germânica ou disfarçados de empresários, investidores e homens de negócios. O objetivo destes núcleos era construir redes de informantes e centrais com rádios transmissores a fim de passar para a Alemanha informações estratégicas sobre o Brasil e sobre navios e bases aliadas aqui operacionais, além de operações de sabotagem a navios ingleses. A espionagem comercial também ocorria. Os espiões e informantes da DESPS, infiltrados na embaixada alemã, em clubes, associações e igrejas protestantes germânicas⁶⁵ estavam empenhados em detectar e neutralizar estes

62 – PERAZZO, Priscila Ferreira. *O perigo alemão e a repressão policial no Estado Novo*. 1. ed. São Paulo: Imprensa Oficial/Arquivo do Estado, 1999, p. 173.

63 – HILTON, Stanley. *A Guerra Secreta de Hitler no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983, p. 258.

64 – PERAZZO, Priscila Ferreira. *O perigo alemão e a repressão policial no Estado Novo*. 1. ed. São Paulo: Imprensa Oficial/Arquivo do Estado, 1999, p. 173, 174.

65 – Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo Polícias Políticas. Setor Ale-

trabalhos alemães no Brasil, sendo a principal preocupação a formação de células de espionagens nazistas em São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Recife⁶⁶.

Assim, a década de 1930 marcou um momento de aproximação entre Brasil e Alemanha, cristalizada no já referido pacto secreto entre a DESPS e a Gestapo. Pelo menos até 1937, a simpatia de Müller e de outros policiais permitiu certo espaço de liberdade de atuação nazista no Brasil. Mas, a partir da promulgação do Estado Novo, esse contexto começou a mudar, pelo menos, no tocante à vigilância interna. A partir de 1938, as colônias estrangeiras – em especial, a alemã – foram severamente perseguidas pelo Estado, que fechou escolas e até mesmo proibia o idioma estrangeiro, exigindo que se falasse o português⁶⁷. E, no que tange ao serviço secreto da polícia, os boletins reservados referentes a alemães e nazistas no Brasil começam a ser produzidos em 1939⁶⁸. Situação acentuada no final de 1941, quando os Estados Unidos entraram na guerra após o ataque a Pearl Harbor, e no decorrer de 1942, ano em que o Brasil cortou relações diplomáticas com a Alemanha, posteriormente declarando-lhe guerra e alinhando-se definitivamente aos EUA⁶⁹.

Portanto, a DESPS, que mantinha os americanos sob vigilância, também o fazia com os alemães. Isso certamente se agravou com a declaração

mão, Notações 1, 3 e 4.

66 – “O primeiro dia de Sindicâncias na capital da República veio confirmar, de maneira concreta, o que já tinha sido apurado em Porto Alegre. Com o auxílio de nossos ‘agentes de ligação’, que já tinham localizado desde algum tempo os cabeças da espionagem alemã no Brasil, foi possível determinar rapidamente os pontos de maior interesse com relação à rede de espionagem que se estendeu por todo o Brasil e que é dirigida pelo ‘Estado Maior’ instalado no Rio de Janeiro”. (Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo Políticas. Setor Espionagem, Notação 1.)

67 – CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. O Estado Novo, o DOPS e a Ideologia da Segurança Nacional. In: PANDOLFI, Duce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999.

68 – Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo Políticas. Setor Alemão, Notação 1.

69 – ARGUELHES, Delmo de Oliveira. A Conferência de Chanceleres Americanos de 1942 e o envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; SCHURSTER, Karl; LAPSKY, Igor; CABRAL, Ricardo; FERRE, Jorge (Orgs.). *O Brasil e a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Multifoco/TEMPO, 2010.

de guerra à Alemanha em 1942 principalmente após a demissão de Müller e dos dez policiais supostamente simpatizantes do nazismo. Mas antes disto, como demonstram os boletins reservados produzidos desde 1939⁷⁰, já havia desconfiança acerca da colônia alemã no Brasil e o Reich por parte da Polícia Política, no tocante a atividades de inteligência e possíveis ameaças ao regime. Esta desconfiança se dava pela tentativa de Vargas em manter neutralidade diante das tensões internacionais, vigiando de perto os principais atores do conflito na Europa, e também pelo projeto nacionalista e xenófobo do Estado Novo, para o qual a língua, a cultura e a ascendência dos emigrantes alemães eram taxadas como ameaças⁷¹. A partir de 1942, quando o Brasil finalmente se decide pelos Aliados, a desconfiança se torna repressão direta contra um inimigo que era internacional – devido à guerra – e nacional – ameaças ao projeto de Estado: não se surpreende, neste contexto, que os agentes do Serviço Secreto brasileiro assumissem tal demanda⁷², exagerando o perigo da espionagem nazista, tratando todo descendente de alemão que vivia no Brasil como potencial colaborador com o inimigo e reverberando o estereótipo do espião sedutor, elegante, perigoso e articulado⁷³. Fazendo isto, além de dar cabo de um inimigo real – a espionagem nazista não era uma invenção de Vargas, de Etchegoyen nem dos americanos – o Serviço Secreto brasileiro cumpria agenda ideológica do Estado Novo, ao mesmo tempo em que garantia suas verbas secretas e seu *status* como órgão fundamental para a Segurança Nacional.

70 – Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo Polícias Políticas. Setor Administração. Pasta Alemão 3.

71 – CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. O Estado Novo, o DOPS e a Ideologia da Segurança Nacional. In: PANDOLFI, Duce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999.

72 – Aqui temos a perspectiva de Ian Kershaw, acerca das Forças Armadas, a Polícia, o partido e a burocracia do Estado disputarem enquanto “blocos de poder”, interpretando as proposições do regime e recrudescendo sua violência (KERSHAW, Ian. *Working Towards the Führer: Reflections on the Nature of the Hitler Dictatorship* pages 231–252. In: *The Third Reich*. LEITZ, Christian. London: Blackwell, 1999). Para uma ampliação do conceito a outras formas de ditaduras, ver SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Por uma história comparada das Ditaduras. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *O Brasil e a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Multifoco/TEMPO, 2010.

73 – PERAZZO, Priscila Ferreira. *O perigo alemão e a repressão policial no Estado Novo*. 1. ed. São Paulo: Imprensa Oficial/Arquivo do Estado, 1999, p. 179, 190.

O mesmo jogo de negociação e desconfiança se dava com outras potências protagonistas da Segunda Guerra Mundial, conforme seus posicionamentos no conflito, importância para relações externas brasileiras e presença de imigrantes no território nacional. Com relação aos ingleses, a DESPS estava infiltrada na embaixada e nos meios sociais frequentados pela comunidade britânica no Brasil. Investigadores também coletavam fontes abertas como jornais, folhetos de propaganda, etc. Os rumos da guerra, o posicionamento da Inglaterra no conflito e sua propaganda em território nacional eram os principais pontos que interessavam à DESPS. Como exemplo, em 1941 um espião interceptou uma “circular confidencial”, da parte de um adido britânico de imprensa, aos consulados ingleses no Brasil. A circular tratava de um agente nazista espanhol, cujo certificado de nacionalidade não teria fotografia nem impressões digitais. Este indivíduo teria chegado ao Rio de Janeiro em 1936⁷⁴. Outro exemplo de atuação entre os ingleses se deu em 1940, quando o espião D-18, infiltrado na embaixada inglesa, relatou à DESPS o nome de um colaborador de propaganda política nesta mesma embaixada. O tal colaborador era responsável principalmente pelo serviço de fiscalização e controle dos jornalistas que recebiam subvenções dos representantes ingleses no Brasil. Consta, no mesmo informe, o endereço e o número de telefone do indivíduo citado⁷⁵.

No tocante à propaganda inglesa, foi efetuada a apreensão de panfletos e prospectos com a propaganda do “V” da vitória inglesa⁷⁶. O proprietário da gráfica que também produzia os folhetins foi indiciado, descobrindo-se que a verba para a confecção dos mesmos teria partido de indivíduos ligados à embaixada daquele país⁷⁷.

74 – Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo Polícias Políticas. Setor Inglês. Notação 1.

75 – Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo Polícias Políticas. Setor Inglês. Notação 1.

76 – Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo Polícias Políticas. Setor Inglês. Notação 1.

77 – Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo Polícias Políticas. Setor Inglês. Notação 2.

Em contrapartida, a DESPS permitiu a atuação de agentes ingleses no Brasil, e isso antes da guerra: os planos para o levante de Luís Carlos Prestes, em 1935, foram vazados por Johnny de Graaf, espião do MI-6 infiltrado. Em relatório de 1940 é mencionada a lista de indivíduos que estariam trabalhando em território nacional para o Serviço Secreto britânico, através da embaixada inglesa⁷⁸. Nota-se que a lista fora enviada pela própria embaixada, o que denota cooperação entre a DESPS e o Serviço Secreto britânico, mas nada garante que os ingleses não mantivessem outros agentes no Brasil além daqueles citados na lista ou usasse esses mesmos agentes para observar o governo brasileiro, sobretudo com relação a sua postura frente à guerra na Europa e a opinião pública referente à Inglaterra. Por exemplo, em 1941, o agente Ivar Bryce foi enviado ao Recife, disfarçado de jornalista, para incendiar o depósito de combustível que abastecia os aviões da Linee Aeree Transcontinentali Italiane (LATI), empresa aérea italiana que ajudava o Eixo a espionar a América e o Atlântico. Contando com a ajuda de um britânico que morava na cidade, Bryce se disfarçou de funcionário do depósito, instalou a bomba incendiária entre a reserva de combustível e fugiu⁷⁹.

Aqui percebemos o mesmo jogo com relação aos americanos: havia admiração por parte dos policiais brasileiros e colaboração entre as agências no tocante a alvos em comum, mas tratava-se de uma relação permeada pela desconfiança e a disputa por informações da parte de ambos os lados.

No tocante aos franceses, havia a preocupação com simpatizantes de Vichy e do Marechal Phllipe Petain, bem como as divergências entre estes e os “degauillistas” na colônia francesa do Brasil. A DESPS exercia vigilância sobre a propaganda e atuação do governo de Vichy. Esta observação é demonstrada nos boletins reservados, produzidos desde pelo menos 1940⁸⁰, havendo até mesmo um plano secreto por parte do governo

78 – Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo Polícias Políticas. Setor Inglês. Notação 1.

79 – BRYCE, Ivar. *You only live once: memories of Ian Fleming*. University Publications of America, 1984, p. 61-64.

80 – Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo Polícias Políticas. Setor In-

de Vichy, apresentado pelo espião brasileiro D-11. O plano, tratado secretamente no Marrocos, previa colaboração com americanos e ingleses, a tentativa de separar Itália e Alemanha e de obter, junto aos Estados Unidos, “munição e viveres” a fim de retomar a guerra⁸¹.

Quanto à Itália e ao Japão, apresentavam para a DESPS problemas semelhantes aos da Alemanha. Com relação aos italianos, no Relatório Anual de 1942 o Chefe da Secção Política da DESPS afirmava que:

O presente relatório é apenas um prefácio a centenas de outros que futuramente serão escritos para expor todas as bandalheiras, que muitos italianos fascistas praticaram abusando da hospitalidade do Brasil, aproveitando da cumplicidade necessária de nacionais sem brio e sem dignidade [...]⁸².

A contraespionagem referente aos italianos teria dado frutos, segundo os policiais. Em 1942, foi descoberto um núcleo de espionagem, encabeçado por agentes disfarçados de funcionários de uma empresa de transportes aéreos⁸³. Estes núcleos também usavam empresas italianas como fachada, e patrocinavam a propaganda fascista em território nacional, sobretudo entre simpatizantes do Integralismo⁸⁴.

Os japoneses, por seu turno, preocupavam a DESPS devido a sua extensa e dita “misteriosa” colônia, residente em São Paulo. A descrição estereotipada demonstrava como os policiais viam, e desejavam apresentar, os japoneses, cujo grande número no Brasil, aliado a uma suposta xenofobia por parte deles com relação aos “gaijin” gerava desconfiança na polícia. Por estas razões, as infiltrações na colônia japonesa eram tidas como uma missão complicada:

(...) Os elementos discriminados (...) foram incumbidos de remeter todo o material possível: minérios, ferro, alumínio etc., pelo Governo

glês. Notação 2.

81 – Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo Polícias Políticas. Setor Francês 1.

82 – Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo Polícias Políticas. Setor Espionagem. Notação 1.

83 – Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Setor Espionagem. Notação 1.

84 – Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Setor Integralismo. Notação 1.

Japonez, ao Japão. Falar sobre suas atividades será impossível uma vez que eles são perfeitíssimo em matéria de Serviço Secreto. Qualquer serviço iniciado com o fim de descobrir suas atividades está destinado a fracassar. Somente uma infiltração lenta e demorada poderá surtir efeito. (...) O Serviço Secreto Japonês é uma organização poderosíssima, mas não impenetrável. Muito embora, um serviço de infiltração seja moroso não será infrutífero⁸⁵.

Para além dos estereótipos raciais, nos quais os japoneses são descritos como “misteriosos”, fanaticamente patriotas e “perfeitos em matéria de serviço secreto”, a principal suspeita se dava em torno de homens de negócios e empresas japonesas no Rio de Janeiro e em São Paulo que, aparentemente, estavam acobertando a atuação de espões no Brasil. Mas também havia uma preocupação, por parte da DESPS, de propaganda nipônica em meio a estas colônias. O isolamento cultural das comunidades japonesas também incitava receio entre as autoridades brasileiras, e a propaganda do Japão era observada de perto⁸⁶.

Neste sentido, a vigilância efetuada pela DESPS com relação à atividade dos chamados “súditos do Eixo” parte da repressão imposta pela ideologia estadonovista a culturas não encaixadas no ideário de Nação estabelecido, visava também a compreensão de quais planos estas nações tinham para o Brasil num momento tão crucial para a Europa e a Ásia e, ao mesmo tempo, proteger informações militares e estratégicas, sobretudo com relação à geografia nacional, que pudessem ser usadas por estes países na guerra. Após a entrada do Brasil no conflito, a contraespionagem exercida pela DESPS concentrou-se também em detectar equipes de sabotagem e centrais de rádios transmissores que pudessem repassar a Berlim a entrada e saída de navios Aliados, bem como as estruturas militares americanas construídas no nordeste. Ao mesmo tempo, estas amea-

85 – Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo Polícias Políticas. Setor Japonês. Notação 1.

86 – Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo Polícias Políticas. Setor Japonês. Notação 1. Ver também KIMURA, Rosângela. Imigrantes japoneses na Segunda Guerra Mundial: o “perigo amarelo”. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; SCHURSTER, Karl; LAPSKY, Igor; CABRAL, Ricardo; FERRE, Jorge. (Orgs.). *O Brasil e a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Multifoco/TEMPO, 2010.

ças eram acentuadas, sempre reverberando a visão nacionalista do Estado Novo, a fim de justificar a importância e as verbas do Serviço.

5. Estendendo-se aos vizinhos

Embora o Serviço Secreto brasileiro estivesse constituído a partir da lógica da Segurança Interna – ou seja, como os elementos estrangeiros ameaçavam o país em suas próprias fronteiras – ele também se estendeu aos países vizinhos da América do Sul. O governo brasileiro manteve atividade de vigilância a ações de argentinos através de fontes abertas como jornais, revistas e pronunciamentos oficiais do governo daquele país, além do uso de espões tanto na embaixada como até mesmo em Buenos Aires. As preocupações eram duas: a intensa atividade de espionagem nazista proveniente da capital portenha, e a situação do Partido Comunista Argentino e seus componentes.

As autoridades brasileiras consideravam que a Argentina, neutra durante quase toda a Segunda Guerra Mundial, fosse simpatizante à Alemanha nazista e pouco colaborativa com os países Aliados⁸⁷. Devido a essa neutralidade, a mobilidade de estrangeiros ligados ao Eixo na Argentina seria mais simples, facilitando a fixação de agentes secretos. Era de Buenos Aires que um núcleo de espionagem procurava edificar e coordenar os demais grupos em países sul-americanos, incluindo o Brasil⁸⁸. Estes outros países citados nos relatórios seriam Colômbia, Venezuela, Chile, Paraguai e Uruguai⁸⁹. Os documentos referentes à infiltração de espões alemães e italianos no Brasil e na América do Sul indicam que a DESPS, junto ao FBI e a outros aparatos policiais sul-americanos, estava não apenas preocupada com tais infiltrações, mas também estabeleceu

87 – Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo Polícias Políticas. Setor Inglês. Notação 1, Setor Norte-Americano, Notação 1.

88 – Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo Polícias Políticas. Setor Espionagem, Notação 4.

89 – Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo Polícias Políticas. Setor Espionagem, Notação 4.

uma rede de cooperação onde havia a troca constante de informações buscando identificar e deter estes agentes⁹⁰.

Os espões nazistas que chegavam ao Brasil através de Buenos Aires – onde, segundo a polícia, estava alojada a chefia da espionagem germânica na América do Sul – tinham os mesmos objetivos que os espões infiltrados através da embaixada alemã: disfarçavam-se de homens de negócios e usavam empresas como fachadas para construir redes de informantes. As missões objetivavam traçar a circulação de navios, conhecer as bases militares existentes na América do Sul e, em alguns casos, efetuar missões de sabotagem. Para tanto, tais espões contavam com sofisticados aparelhos como micropontos, tintas invisíveis e aparelhos de rádios transmissores⁹¹.

Conclusão

Desta exposição, podemos afirmar que o Brasil esteve envolvido direta e ativamente no Segundo Confronto desde seu início, no campo da disputa da espionagem. Este envolvimento, por meio de um Serviço Secreto operado pelo segmento de Polícia Política, se estabeleceu a partir da ideologia e projeto nacionalista do Estado Novo, no qual Vargas buscava uma neutralidade – cada vez mais difícil – em meio às tensões mundiais, impondo um projeto de nação hostil à língua e culturas estrangeiras, em especial alemã e japonesa.

De outro lado, alemães, italianos e japoneses, assim como americanos e ingleses tinham especial interesse no Brasil, fosse pelo combate ao comunismo, fosse pela coleta de dados geográficos, militares e navais, fosse transportando para cidades como Rio de Janeiro, São Paulo e Porto

90 – Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo Polícias Políticas. Setor Espionagem, Notação 4. Em 1943, a Embaixada uruguaia e o chefe do Estado Maior do Exército deste país enviavam dados acerca do nazismo no Uruguai e na Argentina. A Delegacia de Estrangeiros enviou um extenso relatório sobre o nazismo na América do Sul, sua estrutura e organização. (Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo Polícias Políticas. Setor Inglês. Alemão 1-cont.)

91 – Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo Polícias Políticas. Setor Espionagem, Notação 4.

Alegre a guerra secreta decorrente do conflito bélico travado na Europa e no Oriente. Noutros termos, o Serviço Secreto brasileiro aproveitou contatos vantajosos, mas teve de lidar com infiltrações e sabotagens efetivas de Serviços Secretos estrangeiros.

Ainda que real, a espionagem estrangeira serviu para que os agentes do Serviço Secreto varguista suprissem a demanda por inimigos do Estado Novo ao mesmo tempo em que realçavam seus esforços e valorizavam suas carreiras, por meio de relatórios estereotipados e exagerados. A Guerra Secreta de Vargas, portanto, se deu a partir de questões concretas em relação à soberania nacional em meio a um dos maiores conflitos da História, mas também serviu para alimentar tanto o Ditador quanto a Polícia Secreta sob suas ordens.

Texto apresentado em maio de 2021. Aprovado para publicação em outubro de 2021.

